

Para economistas, crise exige medidas violentas

Da sucursal do
RIO

A economia brasileira atravessa grave crise e dela não sairá, se não forem adotadas medidas que implicam certa violência, com a divisão de sacrifícios entre os vários grupos da sociedade. Por essa razão, as soluções não são apenas técnicas, mas, essencialmente políticas, e a sociedade terá de dar sua opinião. Estas foram as principais conclusões a que chegaram, ontem, após painel realizado na bolsa de valores do Rio, o ex-ministro Mario Henrique Simonsen, e os economistas Paulo Rabello de Castro, Antonio Carlos Lembruger e Antonio Carlos Porto Gonçalves, da Fundação Getúlio Vargas, e Virgílio Gibbon, superintendente adjunto da Bolsa do Rio.

O ex-governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, presente, lembrou que já pregava uma ampla reforma na economia nos anos de 1979 e 1980, quando achava que o Brasil devia dedicar-se totalmente a conjurar a crise econômica, adiando o processo de abertura política para meados de 1981. Mas foi voto vencido no governo Geisel — no que pediu o testemunho de Simonsen. Acha o ex-governador que a sociedade está pronta para passar por momentos de grande austeridade e que a maioria do povo tem consciência de que o País atravessa a pior crise da história republicana; apenas os pobres não

têm condições de passar por mais sacrifícios.

VERDADES DE SIMONSEN

O ex-ministro Simonsen disse que está na hora de o Brasil se aperceber de determinadas verdades. Uma delas é a de que para pagarmos a dívida externa, toda a sociedade terá que ficar mais pobre em termos comparativos ao dólar. Que quanto maior for a demora para o sacrifício pior será. Que é preciso planejamento econômico, pois o Brasil não vai acabar no dia 31 de dezembro de 1983. Até agora, diz Simonsen, que não tem ouvido falar em termos de planejamento econômico sobre os anos de 1984 e 1985.

As outras verdades a serem aceitas pela sociedade é de que é impossível dividir o bolo quando ele está diminuindo, alertando para a inevitabilidade da redução salarial como forma de se conter a estagnação econômica e o desemprego. Segundo Simonsen, toda a pessoa que, dentro do governo, criasse uma despesa, deveria ser obrigada a gerar a respectiva receita, lembrando seu tempo de ministro no governo Geisel em que sofria pressões de todos os demais setores governamentais, não aprova as despesas e remetia os pedintes ao general Geisel, que também não aprovava.

A seu ver, apenas o orçamento unificado pode resolver esse problema dos gastos governamentais, eliminando, inclusive, parte da pressão sobre o próprio executivo.